



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR DA
ESCOLA ESTADUAL AMÉLIA JOSEFINA KEESEN E A GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

SIMONE NATÁLIA MARINHO

BELO HORIZONTE, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR DA
ESCOLA ESTADUAL AMÉLIA JOSEFINA KEESEN E A GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Alexandre Gomes Soares do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Simone Natália Marinho

Uma análise da atuação do colegiado escolar da Escola Estadual Amélia Josefina Keesen e a gestão democrática

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado em 21 de Março de 2015, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Francisco Ângelo Coutinho

Prof. Avaliador

Alexandre Gomes Soares

Orientador

Simone Natália Marinho

Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, ao meu querido André, aos colegas de trabalho que me forneceram informações para realizar esse trabalho e a Deus que é o centro da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Ariádia Ylana Ferreira e ao professor Alexandre Gomes Soares que me conduziram eticamente na realização desse trabalho. Agradeço ainda a UFMG por me proporcionar um curso de altíssima qualidade e que me auxiliará na gestão da escola e na vida.

EPÍGRAFE

*“Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a atuação do Colegiado Escolar da Escola Estadual Amélia Josefina Keesen e sua relação com o Gestor numa perspectiva de gestão democrática. A metodologia usada para desenvolver esse trabalho teve como apoio a pesquisa bibliográfica de Naura Ferreira (2003), Gadotti (1995), Luck (2000), Gohn (2001), Souza (2009), Vasconcellos (1995) e ainda legislações vigentes referentes ao Colegiado Escolar. A relação entre Colegiado Escolar e Gestão Democrática vem se fortalecendo através de legislações específicas, mas é necessário ainda promover a aproximação dos membros de alguns segmentos para que esse diálogo pretendido seja eficaz na busca de uma gestão consciente e participativa, visando como resultado a melhoria na qualidade do ensino.

Palavras-chaves: Educação, Gestão Democrática, Colegiado Escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
2. A RELAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	11
2.1 A importância das descentralizações das decisões.....	14
2.2 O Colegiado e as ações pedagógicas que favorecem os índices da aprendizagem.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20
ANEXO Projeto Político Pedagógico	22

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender a atuação do Colegiado e sua relação com o Gestor, sabendo que sua função é ser um articulador entre comunidade e escola. Essa relação deve ser construída em um bom diálogo procurando como resultado o coletivo da escola e a melhoria da aprendizagem dos alunos. Assim, esse trabalho que ainda está vinculado ao eixo Processos de Decisões do atual Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Amélia Josefina Keesen foi realizado com base em leituras bibliográficas e documentais. Esse eixo do PPP vem sendo fortalecido na escola para que se concretize a Gestão Democrática e a tomada de decisões de todos os membros da comunidade escolar, pois só assim teremos uma escola democrática e participativa.

O Colegiado Escolar da Escola Amélia Josefina Keesen é participativo em relação a gestão dos recursos financeiros mas precisa ainda fortalecer nas ações do cotidiano da escola, acompanhar mais as ações pedagógicas e se posicionar em relação aos problemas do cotidiano escolar. Já melhorou muito desde a sua criação, mas ainda é preciso intensificar as suas ações e fazer do Colegiado não um seguimento fiscalizador e sim parceiro nas decisões.

Para ajudar nesse diálogo entre a Gestão e Colegiado é importante que a escola possua um Projeto Político Pedagógico consistente e que atenda ao perfil da escola e que ainda seja construído coletivamente.

O PPP da Escola Estadual Amélia Josefina Keesen e uma revisão da literatura e documental serviram como metodologia na realização desse trabalho. Assim, percebe-se que um olhar atento sobre o cotidiano da escola e as leituras das pesquisas podem evidenciar avanços no diálogo entre Gestor e Colegiado.

Dessa forma pretendo atingir os seguintes objetivos específicos: refletir sobre o fortalecimento da relação entre a Gestão Democrática e o Colegiado Escolar, analisar os limites e as possibilidades da descentralização das decisões no ambiente escolar como, por exemplo, os problemas pedagógicos

que envolvam professores e alunos e ainda refletir sobre a melhoria dos índices de aprendizagem da escola através do acompanhamento e aplicação do Projeto de Intervenção Pedagógico realizado todos os anos pela escola.

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Amélia Josefina Keesen está sendo um grande desafio e a cada ano vem se consolidando e apresentando o verdadeiro perfil da escola. O PPP vem sendo aplicado e acompanhado pelo Colegiado Escolar que é uma de suas funções.

Fazer com que a comunidade acompanhe as ações da escola é difícil com a correria do nosso dia-a-dia. Tal acompanhamento vem sendo realizado através de reuniões periódicas junto com o colegiado ou eventos. Nas reuniões o grupo propõe ações para atualizar o PPP e também ações para serem aplicadas na escola, como por exemplo, a valorização do patrimônio da escola, campanha da coleta seletiva e redução do lixo que resultam na melhoria e valorização do espaço escolar, promoção do bom relacionamento entre professores e alunos e nos eventos temos a participação da família com uma partida de futebol e o tradicional Chá das Mães.

Assim, estabelecer uma relação pautada no diálogo e em tomadas de decisões coletivas requer de todos os membros da comunidade compromissos que estamos no caminho de conquistar. É com o reforço desse desejo que esse trabalho vem sendo construído. Acredito que, quanto mais membros se envolverem nesse processo em busca de uma educação de qualidade e de uma escola democrática, menos serão centralizadas as decisões favorecendo assim, todo o processo como comprova o pensamento de Maia e Bogoni (2008):

Quando pais e professores estão presentes nas discussões dos aspectos educacionais, estabelecem-se situações de aprendizagem de mão dupla: ora a escola estende sua função pedagógica para fora, ora a comunidade influencia os destinos da escola. As famílias começam a perceber melhor o que seria um bom atendimento escolar, a escola aprende a ouvir sugestões e aceitar influências (MAIA; BOGONI, 2008, p. 23).

Então, a escolha do tema para elaborar esse trabalho tornou-se concreta porque se comprova através de releituras textuais e legais oferecidas durante o curso que a escola que possui uma gestão que promove a participação coletiva

e a presença da família, representada pelo Colegiado Escolar atuante, consegue desenvolver nesse espaço uma educação de qualidade com consciência cidadã e que reflete positivamente na sociedade.

2. A RELAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E O COLEGIADO ESCOLAR

A participação coletiva no espaço escolar é uma das dimensões da democracia e um assunto constante no ambiente escolar. Instrumentos legais permitem criar condições para que a Gestão Democrática se realize e junto com ela ocorre também o fortalecimento da participação do Colegiado Escolar.

Essa gestão está diretamente ligada à eleição de dirigentes escolares de forma democrática e que fortaleça a autonomia e liberdade nas decisões dentro da escola:

As eleições escolares, tanto para os cargos de dirigentes como para compor os colegiados, são canais de participação e de aprendizado político da gestão democrática, compreendida como construção de cidadania, de luta política, que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra a transformação das relações sociais autoritárias da sociedade. (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, 2008, p. 7)

Além disso, está citada na Constituição Federal que descreve no:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

E ainda reforçada na Lei de Diretrizes e Bases, art. 12, inciso VI:

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

A Gestão Democrática tem como foco principal a descentralização de poder, efetivar a função social da escola e ainda a promoção das ações educacionais nesse espaço, conforme o artigo 18 da LDB:

A gestão democrática constitui princípio fundamental da organização e da administração das instituições públicas de ensino, compreendendo:

I- a existência de mecanismos de co-participação na gestão das instituições de ensino, com representação dos segmentos que a integram, incluídos, no caso das instituições destinadas à educação e ao ensino de crianças e adolescentes, os pais ou responsáveis;

1º - o cumprimento do disposto neste artigo dar-se-á com observância dos seguintes preceitos:

I- existência de órgãos colegiados e conselhos escolares, com competência sobre o conjunto de todas as atividades desenvolvidas pela instituição;

III-avaliação permanente da qualidade de serviços prestados e dos resultados das atividades educacionais oferecidas à sociedade;

V- utilização de métodos participativos para a escolha de dirigentes, ressalvado o provimento de cargos por concurso público;

VI- incentivo para a criação de associações de profissionais do ensino, alunos, ex-alunos e pais, além das de caráter acadêmico, assegurada sua participação nos processos decisórios internos das instituições.

É interessante destacar que com os instrumentos legais já citados ainda há dificuldades na efetivação destes instrumentos de uma perspectiva democrática. Ainda nesta relação da gestão democrática podemos incluir a discussão do colegiado. A constituição do Colegiado Escolar está garantida Resolução 2554/2014 da SEE/MG, no Decreto 43602/2003 ALMG e na Lei 18354/2009 ALMG. Todas essas legislações vêm para consolidar a importância, e execução e a consolidação das ações do colegiado Escolar no processo educacional.

Esse órgão é composto por diversos segmentos da comunidade escolar que são eleitos e que historicamente vem ampliando seu poder de decisão dentro da escola para que não se torne centralizada e que promova as decisões coletivas, conforme definição de Naura Ferreira:

A participação na administração da escola está, pelo menos teoricamente, garantida por meio do funcionamento do Conselho da Escola, cuja forma atual é resultado de uma longa luta política que data do início da década de 80, com o sentido de dotar a escola de autonomia para poder elaborar e executar seu projeto educativo. (2003, p.69)

Quando esses dois segmentos mantêm um bom diálogo o resultado é a promoção de um espaço de decisões coletivas. E para que essas decisões

coletivas surtem efeitos é preciso praticar a paciência, pois, é necessário para a escola que o trabalho coletivo atenda aos interesses de todos.

A gestão democrática que promove e valoriza o Colegiado Escolar dá um grande passo no processo educacional porque ultrapassa a prática de somente assinar documentos. Ela fortalece o pedagógico da escola, democratiza as tomadas de decisões voltadas para conquistar resultados positivos e descentraliza as relações de poder. Esse tipo de gestão “transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas”:

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar. (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, 2008, p. 4)

A gestão da Escola Estadual Amélia Josefina Keesen promove reuniões periódicas uma vez ao mês com os representantes eleitos dos seguimentos pais, alunos, funcionários da escola e professores para tomadas de decisões coletivas e prestação dos gastos do mês. As discussões dos problemas pedagógicos e propostas de mudanças são assuntos que vem se fortalecendo durante as reuniões, pois existe um diálogo respeitoso entre Gestora e Colegiado com foco na melhoria da escola e dos alunos.

No ano de 2014 foi votado em reunião, que em 2015 haverá reuniões para assuntos administrativos separados dos assuntos pedagógicos fazendo com que os problemas pedagógicos ocorridos durante o mês sejam resolvidos mais rapidamente.

Construir uma relação democrática na escola é um processo contínuo e coletivo que visa alcançar resultados significativos e conquistar a autonomia. Mas na prática ainda existem certos limites e dificuldades que enfrentamos.

A tomada de consciência das responsabilidades de cada membro vem sendo reforçada individualmente pela gestão da escola. Todos os membros

têm de saber sua importância e que as decisões tomadas coletivamente dão rumo à escola.

Estabelecer limites entre o que a gestão deseja para a escola e o que o colegiado propõe é outro fator que contribuir para que juntos possamos chegar a um objetivo. E esse objetivo é alcançado quando todos sabem a real situação da escola conhecendo as suas possibilidades e necessidades.

Percebe-se certa dificuldade do Colegiado em se envolver efetivamente na prática pedagógica. Durante as reuniões do colegiado são pontuados os problemas de controle de sala, faltas de profissionais na escola, problemas disciplinares, mas as ações que poderiam melhorar a mudança desse espaço ainda precisam realmente ser mais efetivas.

Outro problema também que se percebe é a rotatividade de membros de alguns seguimentos, ora pela saída da escola, ora por realmente não desejarem mais participar com a justificativa de não terem tempo para se organizar em comparecer às reuniões. Assim, estabeleceu-se um calendário anual de reuniões que facilita a presença de todos os membros.

Contudo, a escola vem construindo um espaço junto com o Colegiado onde todos podem dar suas opiniões, promovendo a reflexão crítica e a participação coletiva, buscando superar os problemas e promovendo um diálogo respeitoso que faz com que o espaço escolar se torne um ambiente verdadeiramente democrático.

2.1 A importância da descentralização das decisões

A descentralização das decisões dentro da escola está diretamente representada pelo Colegiado Escolar que é eleito por votos dos seguimentos que representam a comunidade escolar e a representa. Maria de Lourdes Prais (2010) em seu verbete define o Colegiado como:

Órgão representativo da comunidade escolar, com funções deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação das ações da gestão escolar, respeitada a norma legal vigente. Como órgão coletivo de tomada de decisões, consubstanciado na constituição de uma gestão participativa, promove, em condições democráticas, um ambiente favorável à

aprendizagem e garante estruturas necessárias à oferta de um serviço educacional de qualidade propiciando a superação de uma educação seletiva e excludente. Nesse sentido, o colegiado deve ser entendido como órgão garantidor da gestão democrática da escola tanto nos assuntos administrativos, pedagógicos e financeiros como nas formas do relacionamento da escola com a sociedade e com os órgãos superiores da administração educacional e não, como alguns pensam, como auxiliar de direção visando apenas respaldar as suas decisões.

A descentralização de poder na escola pública contribui para que a participação dos envolvidos no processo educacional seja mais efetiva. É fundamental que o gestor motive a todos a participarem e a se aproximarem das ações da escola para que juntos elaborem planos a serem aplicados objetivando a boa formação da escola.

Essa descentralização tem como objetivo promover a participação do coletivo nas decisões dentro da escola. Com a descentralização, a autonomia acompanha, pois, uma escola autônoma tem a capacidade de resolver seus problemas, conforme cita Gadotti (1995):

[...] descentralização e autonomia caminham juntos. A luta pela autonomia da escola insere-se numa luta maior pela autonomia no seio da própria sociedade. Portanto, é uma luta dentro do instituído, contra o instituído, para instituir outra coisa. A eficácia dessa luta depende muito da ousadia de cada escola em experimentar o novo caminho de construção da confiança na escola e na capacidade dela resolver seus problemas por ela mesma, confiança na capacidade de autogovernar-se (p. 202)

Uma escola com poder descentralizado contribui para realizar a verdadeira Gestão Democrática onde todos assumem as responsabilidades e administram as necessidades fundamentais da escola. Luck (2000, p. 21) afirma que:

[...] a descentralização é um meio e não um fim, na construção da autonomia, assim como esta, é, também, um meio para a formação democrática dos alunos. [...] a autonomia, no contexto da educação, consiste na ampliação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola como organização social comprometida reciprocamente com a sociedade, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino. Autonomia é a característica de um processo de gestão participativa que se expressa, quando se assume com

competência a responsabilidade social de promover a formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento, mediante aprendizagens significativas.

Na Escola Estadual Amélia Josefina Keesen a descentralização das decisões é promovida pela gestão com o intuito de valorizar a participação do Colegiado Escolar, assegurada legalmente e visando a boa administração dos recursos. O que se confirma no posicionamento de Gohn (2001, p. 100)

Na educação, o princípio da democracia participativa tem orientado, [...] a criação de uma série de estruturas participativas, em que se destacam diferentes tipos de conselhos (nacionais estaduais e municipais). Esses órgãos têm ganhado, crescentemente, grande importância, porque a transferência e o recebimento dos recursos financeiros pelos municípios estão vinculados, por lei federal, à existência desses conselhos.

Conhecendo as demandas da escola, o Colegiado Escolar estabelece as necessidades e prioriza os gastos dos recursos que a escola recebe. Tudo isso discutido em reunião coletiva agendada antecipadamente. Assim, em votação os membros exercem democraticamente suas funções a favor da escola e do aluno, para que este possa ser atendido bem e que melhore a sua aprendizagem.

Outra participação importante do Colegiado é a elaboração e aprovação do Projeto Político Pedagógico. Esse projeto é construído em parceria com a comunidade que é representada pelo Colegiado, pelos professores, pela direção e pelas especialistas da escola.

As propostas são discutidas inicialmente, aprovadas e incluídas no documento que é divulgado para a comunidade escolar e o Colegiado acompanha a sua aplicação no dia-a-dia da escola. Esse processo garante o princípio da Gestão Democrática que confirma Souza (2009):

Implica identificar problemas, acompanhar ações, controlar e fiscalizar, avaliar resultados. Se trata de democratizar a gestão (da escola) pública, e isso pressupõe a ampliação da participação das pessoas nessa gestão, isso significa que a participação não pode se resumir aos processos de tomada de

decisões. Nesse sentido, a participação democrática pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições (escolares) e da sociedade (SOUZA, 2009, p.135).

A Escola Estadual Amélia Josefina Keesen está nesse processo. O diálogo entre a direção e o Colegiado a cada dia vem se fortalecendo e consolidando ações dentro da escola que visam a melhoria do espaço. Tudo isso com um trabalho de conscientização sobre o que é uma gestão participativa que promove e espera conquistar para os alunos uma escola com uma Educação de qualidade.

2.2 O colegiado e as ações pedagógicas que favorecem os índices da aprendizagem

A escola de hoje vem passando por grandes transformações que as políticas educacionais promovem em relação à qualidade do ensino e a elaboração das propostas pedagógicas da escola. Neste sentido, a instituição tem a liberdade de elaborar essas propostas e o Colegiado Escolar tem o dever de acompanhar e saber se elas estão dentro da legalidade e se estão sendo aplicadas.

A elaboração de um Projeto Político Pedagógico realizada com a participação de todos e voltado para a melhoria da aprendizagem diminui as chances de índices negativos da escola. Esse projeto deve conter práticas educativas que valorizem a realidade dos alunos e os estimulem a irem à busca do conhecimento. É por isso que a gestão democrática e o Colegiado escolar devem ser atuantes, conhecendo a sua clientela, seus hábitos e sua cultura.

No PPP são apresentadas as necessidades dos diversos seguimentos da comunidade escolar e ele, assim é definido por Vasconcellos (1995):

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia

de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

A gestão e o colegiado devem estabelecer metas, traçar conjuntamente caminhos para que a aprendizagem dentro da escola se torne realidade e que os resultados internos e externos realmente sejam positivos, mas valorizando principalmente a reflexão sobre o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, despertando o senso crítico e sua formação cidadã.

Juntamente com a gestão, o colegiado pode articular e sugerir ações que melhorem as práticas pedagógicas. Incluir essas práticas no PPP é de fundamental importância para que isso aconteça. Assim, o gestor, que é mediador no processo faz com que o Colegiado se sinta seguro em pontuar e acompanhar as práticas dentro da escola fortalecendo a sua participação.

Na Escola Estadual Amélia Josefina Keesen, como já foi citado, a construção do PPP está cada vez mais ampliando as participações. Em princípio ele foi construído por um grupo de professores sob a orientação recebida da Superintendência Regional de Ensino e como sua atualização é anual, isso faz com que a cada ano aumente a participação diversificada e vem sendo acompanhado pelo Colegiado.

Hoje, contamos com o estudo do PPP numa reunião específica para o assunto, convidando toda a comunidade para participar. Outra reunião com os professores, funcionários, alunos e nela é apresentado o documento onde os participantes sugerem mudanças e, depois, ele também é apresentado novamente ao Colegiado que, juntos estudam o documento e o aprova. Assim, percebe-se que não há uma centralização nas decisões que permeiam o PPP. Todos sugerem, todos acompanham a execução das atividades e também seus resultados, pois eles são divulgados perante a comunidade.

Com essa participação coletiva, percebe-se que a escola apresenta bons índices de aprendizagem. E isso é o resultado do diálogo aberto entre a Gestão Democrática e o Colegiado Escolar, tendo como proposta fortalecer a identidade da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer um diálogo entre a Gestão Democrática e o Colegiado Escolar é um desafio diário e quando isso acontece o resultado é muito significativo para a escola.

No processo de construção desse trabalho, percebi que a Escola Estadual Amélia Josefina Keesen está buscando uma gestão participativa e um fortalecimento do Colegiado Escolar promovendo o trabalho coletivo com comunidade da escola.

A Escola Amélia Josefina Keesen reelabora o seu PPP anualmente e faz dele um documento em constantes transformações, pois ele analisa as necessidades apresentadas pela a escola e pela comunidade. Assim, os aspectos norteadores que queremos conduzir a escola juntamente com todos os componentes da comunidade estarão sempre atualizados.

Percebe-se que os objetivos propostos pelo trabalho foram alcançados. Mas é preciso ainda aumentar mais a participação coletiva dentro do ambiente escolar. Então, estimular a participação, escutar os anseios da comunidade, promover a autonomia são requisitos para que a gestão realmente pratique a Democracia dentro da escola.

Penso que esse trabalho pode contribuir para a conscientização da importância da participação coletiva, superando os desafios e mostrando que a escola pode ser autônoma nas decisões que sustentam uma Educação de Qualidade e pode auxiliar também aos gestores sobre como estabelecer uma relação saudável com o Colegiado a favor do desenvolvimento escolar.

Esse assunto não se esgota e como o PPP ele é uma obra aberta a todos que se interessam pelo assunto, então esse trabalho serve como suporte para consultas futuras. Finalizando, penso que esse trabalho mostra a importância do que é planejar coletivamente visando o alcance de bons resultados. Nesse sentido, promove-se na escola, um espaço de diálogo, reflexão e trabalho coletivo onde a atenção principal é atender e superar as necessidades dos alunos.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha de diretor. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: SEB /MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso: 20 fev. 2015.

FERREIRA, Naura S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 69.

GADOTTI, M. **A autonomia como estratégia da qualidade de ensino e a nova organização do trabalho na escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**. Brasília. V.17, n.72, p.1-195, fev./jun., 2000.

MAIA, Benjamin Perez; BOGONI, Gisele Dangelis. **Gestão Democrática. Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica**. CADEP. 2008. Disponível em: <http://www.di.aadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/Cadep/gestao_democratica.ppt#312,2,Sli de 2>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MINAS GERAIS (Estado). **Decreto nº 43.602/2003**. Dispõe sobre o Colegiado nas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio. 2003

MINAS GERAIS (Estado). **Lei 18354/2009**. Determina a participação dos colegiados escolares dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual na situação que especifica e dá outras providências. 2009.

MINAS GERAIS (Estado). **Resolução SEE nº 2.554**, de 26 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BA6A6D2D2-D56D-473B-8E70-7F4D145BE2CE%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202.554.pdf. Acesso em: 09 Fev. 2015.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F.. **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação Sala Ambiente Políticas e Gestão na Educação. In: BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Básica. Escola de Gestores da Educação Básica.. 2. Ed. CD 1. MEC, 200 >. Acesso em: 06 jan. 2015.

PRAIS, M.L.M. Colegiado escolar. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação,2010. CDROM Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=94>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Estadual Amélia Josefina Keesen**. 2014

SOUZA, A.R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.25, n.03, p.123-140, dezembro, 2009.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo, Liberdade, 1995.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Amélia Josefina Keesen localiza-se na rua: Herculano Pena, 598 no bairro Nova Suíça, Belo Horizonte – Minas Gerais. Atende regularmente de segunda a sexta feira, das 07:00 às 18:00 h. Os contatos da escola são: telefone (031) 3371-7099, e-mail institucional: escola.744@educacao.mg.gov.br e o comercial escolaestadualajk@gmail.com. Atualmente é dirigida pela diretora: Simone Natália Marinho e pelo vice-diretor Ronaldo Alves Santos Severiano.

A Escola Estadual Amélia Josefina Keesen é de propriedade do Estado de Minas Gerais, foi criada pelo decreto de Lei nº 10.787 de 22 de novembro de 1967.

Sua origem está intrinsecamente relacionada ao melhor conceito de Escola, pois é fundada através de ações nobres da sua comunidade. A escola funcionava a partir de núcleos sociais de vários títulos pertencentes à comunidade. Os responsáveis eram, muitas vezes, moradores próximos que recebiam as crianças carentes da região em pequenos espaços de estruturas também carentes e improvisadas. Em 1975, os núcleos foram unificados através da senhora Amélia Josefina Keesen que os transformou em escola única recebendo como título o seu próprio nome.

O terreno onde a escola foi construída foi doado pelo governo estadual, que através da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais com a resolução nº 7.958 / 97 de 20 de março de 1997, autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental (E.F.) de acordo com os preceitos legais da Educação Estadual, seguindo orientações da Superintendência Regional da Educação – Metropolitana B e ainda com o objetivo de educar - dever da família e do estado - nos princípios de liberdade e ideal de solidariedade humana.

Hoje a escola possui 8 salas em dois turnos que atendem os anos finais do Ensino Fundamental pela manhã e os iniciais do Ensino Fundamental à tarde. Possui cerca de 370 alunos e 42 servidores. Desses, 25 são professores e duas especialistas.

A maior parte são alunos carentes provenientes de baixa renda e grande parte com dificuldades em letramento e déficit de aprendizado. A maioria vem

de famílias com problemas sociais, tais como violência, alcoolismo, outras drogas, baixa escolaridade e outros. Os alunos pertencem às comunidades próximas: Vila Ambrosina, Guaratã, Ventosa, Cascalho, Morro das Pedras, Vista Alegre III e também alguns alunos dos bairros Nova Gameleira, Nova Cintra, Nova Granada, Salgado Filho, Jardim América e Nova Suíça. Com isso, há uma diversidade socioeconômica muito grande na escola.

O Projeto Político Pedagógico da escola foi construído pelo grupo de professores com o objetivo principal de melhorar a qualidade do ensino ministrado e resgatar conhecimentos básicos, estabelecendo normas disciplinares mais eficientes e criar estratégias incentivadoras. Envolver família e comunidade escolar em um trabalho integrado com os profissionais da escola: todos ensinam e todos aprendem.

Hoje, esse PPP é atualizado anualmente de acordo com as necessidades da escola. E está disponível para as famílias acompanharem as ações e intervenções que a escola promove visando sua melhoria.

1. FINALIDADE DA ESCOLA

A escola atualmente tem uma grande função social que é formar cidadãos conscientes, participativos e críticos, tendo como preocupação a aquisição de conhecimento humano e tecnológico, considerando a sua cultura e a realidade sócio econômica, na busca da realização pessoal e do bem comum.

Também é função da escola a garantia e a permanência dos educandos nesse espaço, proporcionando-lhes uma educação de qualidade e fazendo com que possam se capacitar melhor para o mercado de trabalho. Espera-se ainda a promoção e a diminuição das desigualdades sociais por meio da educação, aumentando a oportunidade de transformação de nossos estudantes em agentes transformadores em seus territórios. Esse pensamento vem de encontro às ideias de Cury (2002):

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos. O pressuposto deste direito ao conhecimento é a igualdade (p. 5).

Outra finalidade da escola é desenvolver princípios de desenvolvimento humano e social nos alunos para que sejam conscientes dos seus direitos e cumpridores de seus deveres seguindo os princípios da Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 que são:

Princípios éticos: De justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; Princípios políticos: De reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; Princípios estéticos: Do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 - Estrutura Organizacional Administrativa:

A escola hoje possui 1 (uma) diretora, 1 (um) vice, 2 (dois) especialistas, 17 (dezesete) regentes de aulas – a maioria com Especializações e 1 (um) com Mestrado, 4 (quatro) regentes de turmas, 2 (duas) professoras para o uso da biblioteca, 1 (uma) professora excedente, 1 (uma) secretária, 3 (três) Assistentes de Educação Básica e 1 (um) Assistente de Educação Básica Financeiro que é compartilhado com outra escola, 5 (cinco) Auxiliares de Educação Básica com Ensino Médio e 3 (três) professoras em ajustamento funcional.

Percebe-se que a escola tem dificuldades com o ATB (Assistente Técnico de Educação Básica) financeiro por ter muito trabalho e com isso não há tempo suficiente para realizar todas as tarefas e também com as ASBs (Auxiliares de Serviços Básicos) que são poucas em relação aos espaços físicos da escola.

A escola atualmente é composta por 08 (oito) salas de aula, 01 (uma) cantina, 04 (quatro) banheiros de uso dos alunos, 04 (quatro) banheiros de uso dos funcionários, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala da diretoria, 01 (uma) sala da secretaria, 01 (uma) sala do especialista escolar e 01 (uma) quadra de esportes. Quanto à construção do prédio, a escola possui a estrutura física realizada pela Comissão de Construção, Ampliação, Reparo e Conservação dos Prédios Escolares do Estado (CARPE) de 1975 e foi totalmente reformada de 2006 a 2009. As salas apresentam tamanho reduzido, pois foram projetadas para alunos das séries iniciais. De maneira geral a escola encontra-se em bom estado de conservação, quanto a sua estrutura e aparência. Não ocorrem com frequência grandes atos de vandalismo na escola.

A estrutura da escola até certo ponto é confortável e segura. Mas o mobiliário é precário e ineficiente. Há computadores na Biblioteca que são pouco usados pelos alunos, porque não há professores capacitados para o manejo correto desses equipamentos. Mas o professor de Geografia fez um trabalho muito interessante com os alunos usando esses computadores.

Apesar de a diretora ter comprado cadeiras no ano passado, elas já começam a faltar, pois, os alunos as quebram. A direção faz campanha sobre o cuidado com o patrimônio e o gasto financeiro que gira em torno disso, porém esse problema persiste.

A escola é mantida com recursos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) do Ministério da Educação.

Os recursos são divididos em:

Manutenção e Custeio: visa cuidar da manutenção do prédio escolar, compra de material de limpeza e manutenção dos equipamentos, aluguel de

transporte para evento e prestação de serviços. O valor desse recurso depende do número de alunos matriculados no ano anterior na escola.

Merenda Escolar: Visa à compra da merenda escolar para os alunos através da Agricultura Familiar ou Licitação. O valor desse recurso também depende do número de alunos matriculados no ano anterior na escola.

PDE E PDDE: Os recursos repassados à escola visam o desenvolvimento de projetos específicos ao desenvolvimento do educando com o objetivo de melhorar sua aprendizagem.

Há ainda recursos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais para termos específicos, como por exemplo: a contratação de Internet Banda Larga, equipamentos de informática. Este ano a escola recebeu uma verba parlamentar para compra de equipamentos para a escola. Essa verba será usada para a compra de um computador, um freezer, uma geladeira, arquivos e cadeiras para a sala dos professores.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica:

O ingresso dos professores na escola é através de concursos públicos ou designados conforme classificação na lista da Secretaria de Estado de Educação.

Os alunos ingressam na escola através do Cadastro Escolar ou encaminhados pelas escolas próximas.

Nos anos iniciais cada turma possui uma professora regente de turma e nos anos finais como são nove conteúdos, cada turma possui nove professores regentes de aulas.

As práticas de planejamento das aulas pelos professores são realizadas de maneira sistemática dentro das determinações efetuadas pela Secretaria de Estado de Educação/Superintendência Regional de Ensino e de acordo com o nível de escolaridade dos alunos, inclusão com equidade e possibilidades oferecidas por esta escola. Essas práticas visam maior proficiência. O horário regular de aula que corresponde de 07:00 às 11:30 da manhã e 13:00 às 15:30 da tarde já é definido a partir dos primeiros dias do ano letivo e somente as

atividades extra-classe que serão executadas no extra-turno dependerá da rotina da escola.

São realizadas práticas de organização de ambientes, murais e recursos visuais auxiliares, de modo a assegurar práticas pedagógicas que melhorem a qualidade do ensino e ao mesmo tempo atenda às necessidades de aprendizagem dos alunos. Dentro do conceito de inteligências múltiplas são promovidas atividades extra-classe como oficinas, palestras, visitas técnicas, filmes em cinemas do circuito comercial ou na própria escola, teatros e etc. Tudo isso, para que o projeto pedagógico tenha mais eficiência.

- **Reuniões pedagógicas:**

As reuniões pedagógicas ocorrem principalmente nos módulos II, momento em que são garantidas as informações e trocas de experiências entre supervisão, direção e docentes, com o objetivo unidirecional, isto é, elevar o nível de desenvolvimento dos alunos e atender a comunidade escolar. É um momento de discussão e reflexão sobre a prática pedagógica, pois todos participam e expressam suas dúvidas e vivências. Contudo as reuniões propiciam o encontro e conseqüentemente às transformações, pois as trocas de conhecimentos favorecem a elaboração de projetos e melhorias nas práticas pedagógicas.

- **Conselho de classe**

O conselho de classe por sua vez tem a finalidade de diagnosticar problemas e apontar soluções tanto em relação aos alunos e turmas, quanto aos docentes. Normalmente os conselhos acontecem no fim das etapas, momento em que são discutidos encaminhamentos pedagógicos, dados dos alunos – notas e observações gerais –, remanejamentos, aprovação ou reprovação etc. Levantamentos gerais sobre as turmas, enfim, planejamentos e avaliações em geral.

- **Métodos de enturmação:**

No início do ano letivo a enturmação inicial acontece com base na idade, perfil do aluno e no relacionamento interpessoal na escola. De modo

geral a escola não faz seleção dos alunos, pois, sua filosofia é atender, de acordo com as diferenças individuais, trabalhar a auto-estima de alunos e famílias valorizando tudo o que o aluno faz. Há programa de inclusão, tanto quanto possível, pois a escola apresenta alguns empecilhos quanto ao atendimento a alunos com deficiência física. A escola recebe alunos encaminhados principalmente das escolas próximas: E.E José Mendes Corrêa e E.E Olímpia Resende Pereira. A escola possui coordenação pedagógica que atende a todos os anos, mas todo planejamento é resultado da discussão entre professores e passa pela aprovação do Colegiado, dentro dos princípios pedagógicos que correspondam ao contexto e prática da sala de aula adaptada à realidade da comunidade e objetivos de ensino, que contemplam a aprendizagem da maioria.

A escola vem promovendo a pedagogia de projetos, porém alguns professores têm muitas dificuldades nessas práticas. Mas mesmo assim, já acontecem excelentes projetos como o “Professor Itinerante” que visa a aproximação entre escola e família e o “Coral Infantil” que já se apresentou em alguns lugares fora da escola. Atualmente o professor de Geografia está desenvolvendo uma horta com os alunos.

Com isso, a escola vem pautando sua prática pedagógica através de pensadores e educadores como Jean Piaget e Paulo Freire que veem na educação, além da formação intelectual, uma formação humana que resgata e valoriza a vivência dos alunos.

3. CURRÍCULO

Não encontramos uma definição única do que chamamos de currículo. Algumas realçam o conjunto de experiências adquiridas pelo aluno no espaço escolar. Enquanto outras indicam conteúdos e disciplinas a serem trabalhadas no decorrer de um determinado período. A definição de currículo está intimamente relacionada às teorias que o fundamenta e em função dos autores que o utilizam, sustentado sob uma determinada perspectiva histórica.

Etimologicamente a palavra currículo nos remete ao sentido de um caminho a ser percorrido. No contexto educacional a palavra currículo nos direciona para o caminho a ser percorrido na formação do aluno.

Barbosa¹ questiona a instituição de um currículo único como proposta de organização e controle do ensino no Brasil, uma vez que evidencia uma forma “autoritária e mecânica” de monitoramento do ensino. O autor destaca a necessidade de revitalização dos currículos como meio para alterar o patamar respeitando as necessidades e vivências dos envolvidos nas práticas educativas. As discussões sobre a natureza humana, a natureza do conhecimento, da cultura, da aprendizagem e da sociedade oferecem diversas possibilidades na busca de soluções.

O currículo será aqui tomado como o resultado de uma seleção de elementos culturais na busca do melhor caminho a ser percorrido em função do tipo de ser humano desejável para a sociedade a que se destina, do que somos e onde queremos chegar. O currículo reflete, para além da construção do conhecimento do aluno, desvela a identidade da escola.

Nessa perspectiva, o processo de ensino/aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas, sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seu sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca.²

O currículo da escola não é um elemento a histórico, imparcial, mas envolto nos elementos culturais da comunidade escolar, reflete uma percepção de mundo, de sociedade e de educação, reproduz as relações de poder vigente, sendo o centro da ação educativa. O currículo é a opção diante dos apelos da comunidade escolar. Analisando os seus elementos evidenciamos a escola como um lugar de subordinação e reprodução da cultura dominante. Apesar do reconhecimento de alguns da necessidade de mudança permanecer na zona de conforto, se apresenta sempre como o melhor caminho a ser seguido.

¹ Moreira, Antonio Flavio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: limites e avanço – 2010 Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 13 de setembro de 2014.

² . (Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Educação 1994, p. 33)

A visão do currículo está associada ao conjunto de atividades intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo permanecendo de forma velada a aceitação do controle social de uma classe privilegiada em detrimento da possibilidade da construção de um currículo contestador da ideologia dominante.

Entendemos que o currículo deva cumprir os requisitos legais dispostos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 bem como as que se seguem - Lei nº 9.475, de 22.07.97 , trata do ensino religioso nas escolas; a educação para o consumo (Lei 12.909, de 24.06.98), a orientação sexual (Lei nº 12.491, de 16.04.97), a educação ambiental (Lei nº 15.441, de 11.01.05) e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, condição e direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) serão ministrados em articulação com as áreas do conhecimento. Lei nº 10.639 de 19/01/03 trata da cultura afro brasileira. Obrigatoriedade de estudos sobre o uso de drogas e dependência química (Lei nº 13.411, de 21/12/1999) e higiene bucal (Lei nº 13.802, de 27.12.00) serão ministrados na área de ciências. A música é conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular arte que compreende também as artes visuais, o teatro e a dança (Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2.008). Educação para o Trânsito - Será desenvolvida de acordo com artigo 76 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) - Educação Alimentar e Nutricional na escola - Será ministrada de forma integrada aos temas transversais relacionados à saúde e à educação ambiental (Lei Federal nº 11.947 de 16.06.2009 e Leis Estaduais nº 15.072 de 05.04.04 e nº 18.372 de 04.09).

Por bastante tempo os educadores habituaram-se a cumprir as determinações superiores. Com isso permaneceram na zona de conforto, sem perceber que a nova realidade educacional brasileira permitia refletir e agir, em função da realidade escolar, de forma diferenciada sobre a prática educativa. Hoje, cada escola, tem no projeto político pedagógico a possibilidade de escolhas – com base em parâmetros legais – provavelmente as melhores para clientela atendida.

Segundo Lopes (2006) a “política de currículo e uma política cultural” sem excluir outras dimensões vê a cultura como uma manifestação discursiva impregnada da prática. A construção do currículo da escola se pautou na percepção de Lopes quando enfatiza a necessidade de observar a proximidade entre as duas instâncias, o que ‘é proposto pelo Estado e a realidade da comunidade escolar envolvida, incorporando diferentes discursos, mistura concepções, aparentemente antagônicas. Na verdade o que temos é uma produção cumulativa de contextos (governo, meio acadêmico, interesses sociais e econômicos) abrangendo significados múltiplos e contemplando a necessidade da instituição escolar Amélia Josefina Keesen.

Ainda como afirma Lopes (2006)³ a heterogeneidade das diversas formas de políticas de currículos não se apresenta, necessariamente, como o contraditório da homogeneidade de ideias. Ocorre sim uma ampliação nas possibilidades de leitura do contexto escolar e, como consequência uma ampliação no raio de respostas às interdições relacionadas a construção do currículo escolar. Logo para cada realidade, observando-se os parâmetros legais e a especificidade escolar, o currículo da escola deve se único, e a unidade na diversidade.

A construção do currículo é uma manifestação real dessa nova realidade agora vivenciada pelas escolas, mas ainda pouco aproveitada em sua plenitude. Essa delegação de poder e, conseqüentemente, de responsabilidade a obriga repensar sua estrutura curricular como primeiro passo para a mudança na busca de adequações entre o currículo proposto oficialmente e as necessidades em função da realidade da escola. A proposta da LDB respeita as peculiaridades privilegiando aquelas que melhor atendem aos interesses do processo de aprendizagem. Nesse sentido, fica evidente que as leis seguem o princípio da flexibilidade e não mais da padronização.

A principal função da escola é ajudar os alunos a construir conhecimentos, formas de pensar e sentir, e os valores sociais que levarão para toda a vida. Um movimento pendular entre o conhecimento do aluno e o universo a ser conhecido.

³ LOPES, Alice Casimiro. DISCURSOS NAS POLÍTICAS DE. Currículo sem fronteiras, s, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Acessível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>

Este universo de conhecimento que deve atingir o aluno é construído por várias mãos, passo a passo. Externamente a escola, pela política educacional, elaboram-se leis, diretrizes, resoluções. Nesse sentido, temos a LDB que dispõe sobre as ações e finalidades da escola do Ensino Fundamental Básico e do Ensino Médio. Indica os elementos constitutivos dos currículos: uma base nacional comum seguida de uma parte diversificada capaz de atender às diferenças regionais e locais, da cultura, da economia, da sociedade e da clientela como um todo.

Completando as diretrizes da LDB temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo MEC. Uma proposta para a melhoria da educação sem impor regras ou limites deixando a elaboração do currículo escolar nas mãos do sistema ao qual está subjugado. Assim, o currículo proposto atende às Diretrizes Curriculares Nacionais e pauta-se nos PCN adequando o que é definido pelas autoridades governamentais à realidade educacional da escola Amélia Josefina Keesen bem como à peculiaridade sociocultural dos alunos.

A partir do currículo formal sugerido pela LDB, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelos PCN fundamentamos a reorganização do currículo real da escola Amélia Josefina Keesen com envolvimento dos segmentos formadores da comunidade escolar. Um novo instrumento para adequar as necessidades dos alunos ao conhecimento com aprendizagem real, sem tropeço, com práticas concretas relacionadas com o cotidiano dentro e fora da escola.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo escolar hoje está diretamente ligado a uma educação em tempo integral. Esse tipo de educação vem atender a uma necessidade da escola e da família em relação ao cuidado e aprendizagem das crianças. Em seu texto, Ana Maria Cavaliere (ano) cita a importância da organização social do tempo em relação ao tempo de escola na vida das crianças:

A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral⁴.

Proporcionar a elas um lugar seguro e de aquisição do conhecimento é um caminho para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e atuantes em seus territórios.

A escola Amélia Josefina Keesen organiza seu tempo de acordo com orientações legais vindas da Superintendência e Secretaria de Educação. A escola possui os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. No início da gestão atual a diretora realizou um encontro para saber da demanda sobre educação em tempo integral. Os pais presentes não se interessaram por esse tipo de educação e ainda questionaram o fato da ausência de uma estrutura adequada para atender as crianças em tempo integral.

Com isso, a escola ainda não implantou esse projeto que, sendo bem estruturado é uma excelente forma de melhorar o rendimento escolar das crianças.

Assim, a escola se organiza e planeja seu ano letivo de acordo com o Calendário Escolar, aprovado pelo Colegiado e pela Inspetora escolar com no mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais, e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental dividido em quatro bimestres. A carga Horária semanal é de 07:00 às 11:30 (anos finais) e de 13:00 às 17:30 (anos iniciais e duas turmas de 6º e duas de 7º anos) divididos em 5 horários diários. No horário de recreio do turno da tarde os alunos dos anos iniciais fazem o recreio separadamente das turmas de 6º e 7º anos com o objetivo de assegurar a segurança dos menores.

⁴ CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/Tempo_de_escola_e_qualidade_na_educacao_publica_Ana_Maria_Cavaliere.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014

O planejamento anual das atividades é realizado entre a direção, especialista e professores. É revisado bimestralmente pela equipe e avaliado o que deu certo e o que se pode melhorar. A coordenação pedagógica atende a todos os anos e promove que todo bom planejamento é resultado da discussão entre professores e equipe pedagógica. Esse planejamento é aprovado pelo Colegiado, dentro dos princípios pedagógicos que correspondem ao contexto e práticas de sala de aula adaptada à realidade da comunidade e alunos visando à aprendizagem da maioria.

As práticas de planejamento das aulas pelos professores são realizadas de maneira sistemática dentro das determinações efetuadas pela SEE / Superintendência Regional de Ensino e de acordo com o nível de escolaridade dos alunos, inclusão com equidade e possibilidades oferecidas pela escola. Visam maior proficiência. O horário de aula e extra-classe já é definido a partir dos primeiros dias do ano letivo, contudo há flexibilidade sempre que necessário. São realizadas práticas de organização de ambientes, murais e recursos visuais auxiliares de modo a assegurar práticas pedagógicas que melhorem a qualidade do ensino e ao mesmo tempo atenda às necessidades de aprendizagem dos alunos. Dentro do conceito de inteligências múltiplas⁵ são desenvolvidas atividades extra-classe como oficinas, palestras, visitas técnicas, filmes em cinemas do circuito comercial ou na própria escola, teatros e etc.

A carga horária do professor é de vinte e quatro horas semanais. Dezesesseis horas semanais são destinado à docência e oito horas destinada a atividades extra-classe com a seguinte distribuição: quatro horas semanais em local de livre escolha do professor e quatro horas semanais na própria escola ou em local definido pela direção, sendo até duas horas semanais dedicadas à reuniões. Tudo isso conforme Decreto nº 46.125 de 4 de janeiro de 2004.

A organização dos educandos matriculados na escola acontece por série, no início do ano letivo com base na idade, perfil do aluno, como esse aluno se relaciona com os colegas de turma na escola e se estende durante

⁵ GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: A teoria na prática. Porto Alegre: Artes

todo o período letivo em função da entrada de novos alunos quando estes são encaixados nas turmas de acordo com a possibilidade de vagas. A escola procura acolher aqueles que a procura pleiteando uma vaga, pois, sua filosofia é receber a todos respeitando as diferenças individuais.

Ressalta-se a preocupação da escola em valorizar a importância do aluno e da família para a sociedade em consonância com o estudo como forma de inclusão social trazendo para o debate interno questões como a autoestima na construção de um cidadão capaz de enfrentar os desafios próprios de sua realidade social. Pouco contribui a escola que apenas se preocupa com o repasse de um programa pré-estabelecido, porém sem sentido para os seus alunos.

Em busca do respeito à dignidade humana procura-se adequar o programa de inclusão à realidade escolar, no entanto a carência de profissionais qualificados para exercerem a função ao lado da inadequada estrutura física para atender tal demanda, nos coloca apenas no plano do desejo de realizar tal programa. Reconhecemos que para atender a finalidade proposta ainda temos um longo caminho a percorrer tanto no que diz respeito aos recursos humanos, quanto ao aparelhamento físico e material da escola.

Os espaços da escola são usados adequadamente e há uma preocupação com o cuidado desses espaços. Os alunos usufruem intensamente da quadra de esportes, e com isso a escola precisa fazer rodízios entre as salas para que todos possam usá-la.

Percebe-se que a escola é bem cuidada e isso faz dela um espaço agradável e estimulador para a aprendizagem. Os alunos e servidores gostam desse espaço e promovem ações para que o ambiente, mesmo com alguns problemas, permaneça um lugar onde se promove com qualidade as relações sociais.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Hoje nas escolas vive-se a gestão democrática onde todos devem participar conjuntamente para resolver as questões que surgem dentro desse espaço.

A garantia desse tipo de gestão veio ser assegurada com a LDB 9394/96 que define a gestão democrática como sendo:

...a apropriação coletiva das salas de aula pelos pais, professores, funcionários e alunos, que possuem liberdade tomada de decisão no processo educacional, para melhorar a qualidade de ensino.

Na Escola Estadual Amélia Josefina Keesen esse tipo de gestão está sendo realizada pela direção da escola que incentiva o diálogo entre todos, estimula a participação coletiva nas decisões da escola e promove a conscientização das devidas responsabilidades.

A gestão democrática na escola já começa na escolha de diretor que é eleito pela eleição direta com participação dos pais, alunos e servidores de acordo com a Resolução da SEE/MG nº 1.812/11.

A eleição segue as orientações da Secretaria de Educação e todo o processo é legalmente conferido pela Metropolitana B. Qualquer problema que acontecer durante o processo ele é impugnado e após apuração segue os trâmites legais.

Isso faz com que a comunidade escolar tenha o poder de escolher quem eles querem para administrar a escola cujos filhos estão e também cobrar desse servidor atitudes éticas no cargo.

O colegiado escolar tem representatividade de todos os seguimentos exigidos: dois pais, dois alunos, dois professores e dois servidores com os seus respectivos suplentes, garantindo voz e voto e com lista de recomposição dos membros. O colegiado também foi escolhido por eleição e vem sendo estimulado para melhorar as participações na escola o que assegura a gestão democrática.

Os membros se reúnem uma vez ao mês em convocação pela direção para que esta preste conta do que foi gasto. Planejam os próximos gastos e discutem problemas pedagógicos e administrativos que precisam melhorar na escola.

A Assembleia Escolar se reúne duas vezes ao ano com toda comunidade escolar para que a direção publique e juntos legitimem os atos realizados pela escola.

A escola não possui associação de pais e mestres e nem grêmio estudantil. A direção acha que a comunidade escolar não demonstra interesse em criar essas classes e que muitos alunos e pais nem sabem da existência desses instrumentos que ajudam na democratização da escola. Porém, se esforça para que a participação da família seja mais efetiva, promovendo frequentemente reuniões, eventos descontraídos na escola que precisam da participação de todos e convoca os pais sempre que há algum problema. Assim, os laços são estreitados e fortalecidos.

O Conselho de classe é realizado conjuntamente entre professores e especialistas. Por sua vez, ele tem a finalidade de diagnosticar problemas e apontar soluções tanto em relação aos alunos e turmas, quanto aos docentes. Normalmente os conselhos acontecem no fim das etapas, momento em que são discutidos encaminhamentos pedagógicos, dados dos alunos – notas e observações gerais –, remanejamentos, aprovação ou reprovação, etc., e levantamentos gerais sobre as turmas, em fim, planejamentos e avaliações em geral. Nesse momento também o Conselho se auto avalia.

A estrutura administrativa da escola influencia diretamente na sua qualidade. Se todos os setores se conscientizarem de sua importância, a escola caminha bem, o contrário disso ela segue em declínio.

Na escola Amélia Josefina Keesen essas estruturas estão bem definidas. Com uma Caixa Escolar organizada e sem impedimentos jurídicos, a escola consegue administrar bem os recursos, apesar da burocracia. Define-se Caixa escolar de acordo com MENEZES e SANTOS, como:

Instituição jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Ou seja, são unidades financeiras executoras, na expressão genérica definida pelo Ministério da Educação. Os recursos recolhidos por ela destinam-se à aquisição de bens e serviços necessários à melhoria das condições de funcionamento da escola, incluídos no seu plano de desenvolvimento.

A caixa escolar é administrada pela Presidente, Tesoureira e Conselho Fiscal, todos eleitos e aprovados pelo colegiado. Possui um ATB Financeiro que é designado para o cargo e compartilhado entre duas escolas, que juntos cumprem os acordos realizados através de licitações, processo de dispensa e prestação de serviço entre caixa escolar e fornecedores.

Outro setor importante na escola é a Secretaria Escolar que funciona todos os dias durante o calendário escolar. Na secretaria todos os documentos dos alunos e servidores estão organizados em arquivos e pastas. A Secretaria é composta pela secretária que acompanha toda a documentação dos servidores, faz a contagem de tempo dos servidores, atualiza as pastas funcionais, acompanha assinatura de ponto, faltas e três ATBs que a auxiliam nos trabalhos. As ATBs são responsáveis por alimentar os Sistemas SIMADE e EDUCASCENSO com informações da escola, preencher históricos, completar os livros de atas dos processos dos alunos, realizar matrículas e transferências e ainda fazer levantamentos de informações da Bolsa Escola.

Contudo a escola promove ao máximo a gestão democrática e participativa, pois acredita que só assim ela se tornará um espaço respeitoso e motivador para tomadas assertivas de decisões, sempre em função de uma escola e educação de qualidade.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola hoje nos apresenta vários desafios e um deles é estabelecer um ambiente ético e respeitoso entre todos que convivem nesse espaço. É

papel do gestor garantir esse tipo de ambiente e articular entre todos, sem preferências, a conscientização do papel de poder que ele exerce no ambiente escolar, para que ele seja uma referência nesse espaço, conforme o pensamento de Lucchesi (1997, p.133-4):

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição ... Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das micro relações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal.. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão.

Com a gestão democrática percebe-se que a gestão de pessoas é um desafio muito grande. O gestor deve ser imparcial e coerente em suas decisões para que as relações não se desgastem e prejudiquem tanto o profissional quanto o corpo discente.

Na Escola Amélia Josefina Keesen, a gestão de pessoas vem sendo pautada sempre no diálogo e no respeito. Seguindo o princípio ético de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, combatendo quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, a gestão mantém o direcionamento da escola.

Com a promoção da participação coletiva, todos podem pontuar, planejar e executar coletivamente, assim como as decisões, que também são resolvidas da mesma maneira. Dessa forma a gestão acredita fazer o seu papel democraticamente, conforme pensamento de CARMO, GONÇALVES (2001): somente uma Escola Democrática é capaz de formar pessoas democráticas.

Os conflitos existem e não são poucos. E para mediá-los a equipe gestora parte do ponto que é preciso ouvir as duas partes para que juntos, reestabeleçam as relações. A diretora já participou de alguns encontros sobre Mediação de Conflitos e promove essa dinâmica na escola.

Com isso, relações entre professores e alunos são conduzidas para seguir o caminho do respeito e do reconhecimento dos excessos: às vezes o excesso de brincadeira e às vezes o excesso de nervosismo. Há professores que mantêm muito boas relações disciplinantes, porém outros já não possuem controle de sala com isso os conflitos aumentam. Percebe-se que os maiores problemas acontecem com três professores designados. Já os outros, mantêm um bom controle de sala e todos percebem que sempre ao final de cada conflito, o que se chega à conclusão é que devemos sempre saber dos nossos limites, para nunca ultrapassá-los.

As relações entre os alunos também segue a mediação. A escola convoca a família para expor o problema e juntos realizam a orientação. Em casos mais graves, a escola entra em contato com a Patrulha Escolar que vem atender e contribuir para a conscientização do respeito no espaço escolar.

Entre os servidores há uma relação boa. Alguns trabalham há muito tempo juntos e mantêm o convívio fora da escola. Promovem reuniões informais e isso faz com que a escola tenha um ambiente de amizade entre o grupo. O grupo aceita bem atividades interdisciplinares e se envolvem com essas ações, mas não conseguem manter projetos pela falta de entendimento e experiência sobre o assunto. Uma questão observada foi que depois da Inconstitucionalidade da Lei100/07 (que efetivou cerca de 98 mil servidores do Estado) percebe-se que esse grupo na escola anda um pouco desmotivado. A equipe gestora tenta promover ações e conversas para aumentar a autoestima do grupo.

A gestão também promove o estudo do Regimento Escolar para que professores, servidores e educandos saibam dos seus direitos e deveres na escola. E tendo ciência do Regimento, os conflitos são resolvidos rapidamente.

Um ponto positivo que uma das especialistas promoveu para manter a boa relação durante o ano foi o projeto anjo. Esse projeto consiste em sortear uma pessoa no início do ano para cuidar dela. Mas essa pessoa não sabe quem é seu anjo. Foi disponibilizado um espaço na sala dos professores para colocar presentes, recados, enfim, alguma coisa para o anjo. Com isso toda a

equipe se envolve. Há períodos de muitos presentes e recados e isso motiva as pessoas envolvidas. Na festa de despedida do ano, o anjo de cada um será revelado.

Sobre a formação profissional dos servidores pode-se falar que há professores habilitados e Especializados para exercer a função, um possui Mestrado e somente um professor é autorizado. As duas Especialistas possuem Pedagogia e uma delas possui Especialização. Os ATBs possuem formação em Secretariado e Contabilidade. A secretária possui formação em Secretariado. As ASBs possuem Ensino Médio e uma o Fundamental, o vice-diretor possui Especialização na área de sua formação e a diretora possui 3 Especializações. Assim, a escola possui um quadro de formação bastante satisfatório. A gestão também incentiva a todos a participarem das capacitações oferecidas pela SEE ou Superintendência e ainda, em todas as oportunidades ela reforma que sempre é preciso se atualizar e se capacitar.

Uma relação preocupante é com as famílias que não comparecem em número significativo em reuniões. Por ser uma escola que não tem o perfil de agressiva, isso contribui para que a família fique tranquila em relação ao seu comparecimento. Em reuniões, num universo de 370 alunos a média são 45 pais presentes. E esses pais nem sempre são aqueles que precisam comparecer.

A equipe gestora atende os pais separadamente, estreitam laços e reforçam combinados. Mas continuam sem o comparecimento maciço nas reuniões. Somente em eventos na escola esse quadro muda. Quando há festas ou alguma confraternização os responsáveis comparecem em número significativo e elogiam muito o espaço escolar e a equipe gestora. Porém, a Escola precisa da família mais perto, participando do cotidiano desse espaço de acordo com as necessidades atuais e o resgate do compromisso familiar.

Enfim, no geral as relações nesse espaço são boas e isso ajuda no ambiente dentro da Escola, que tem como objetivo promover a sua função social com resgate e reforço de valores, promovendo os direitos e deveres de todos da comunidade escolar.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação tem como fundamento acompanhar o desenvolvimento do aluno, respeitando as individualidades, identificando as dificuldades no processo ensino-aprendizagem, possibilitando a construção do conhecimento.

Nessa ótica, a avaliação ocorrerá sistematicamente, diagnosticando contínua e progressivamente o processo de desenvolvimento dos alunos.

O trabalho diário deverá ser pautado nos objetivos que norteiam as atividades desenvolvidas na sala de aula, sugeridas pelo professor no plano de curso, voltada para o desenvolvimento cognitivo do aluno, nos conhecimentos construídos pelo aluno, nos conceitos formados e nas competências a serem adquiridas. Os parâmetros avaliativos considerados deverão pesar o nível de desenvolvimento atingido pelos alunos. Como instrumento de avaliação poderão ser considerados os mais diversos: escritos orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou grupos, projetos, portfólios, entrevistas, adequando-se à faixa etária e às características do educando. A partir dos resultados serão elaborados, gráficos, fichas e quaisquer outros mecanismos capaz de tornar claro o resultado obtido pelo aluno e pela escola, no caso de avaliações externas.

A avaliação de desempenho do aluno terá como fundamento os seguintes aspectos:

- I- caráter processual, formativo e participativo;
- II- contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III- vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV- prevalência dos aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V- tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendido ao longo do ano letivo;
- VI- intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

VII- tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

VIII- aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade.

A avaliação terá um registro diferenciado observando os seguintes parâmetros:

Como referencial para o preenchimento dos campos Áreas de Conhecimento para os alunos dos 2 (dois) primeiros Ciclos de Alfabetização e Complementar (1º ao 5º) segue o critério abaixo:

MB – Alcançou suficientemente os objetivos de estudo.

B – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

R – Com mais esforço conseguirá os objetivos de estudo.

Também para os alunos do 1º ao 5º ano será utilizada uma ficha individual com a finalidade de acompanhar os aspectos cognitivos/sociais/afetivos, usando os referenciais abaixo:

S (sim) N (não) ED (em desenvolvimento)

Para os alunos dos Ciclos Intermediários e da Consolidação (6º ao 9º ano), o referencial para preenchimento dos campos áreas de conhecimento será:

0 a 20 pontos nas 1ª e 2ª etapas;

30 pontos nas 3ª e 4ª etapas.

Os resultados das avaliações de desempenho serão registrados:

- Pelo professor no diário de classe;

- Na ficha individual, pela secretaria;

-Nos boletins para conhecimento dos alunos e dos seus responsáveis (que serão entregues ao final de cada etapa através de reuniões);

- No livro de ata de resultados finais.

A recuperação é um recurso a ser utilizado pela escola com o objetivo de resgatar o conhecimento do aluno de aproveitamento escolar insuficiente, visando colocá-lo em condições de prosseguir o ciclo/ano de escolaridade.

Como elemento obrigatório da prática escolar, deverá acontecer de forma contínua, paralela, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, destinada aos alunos de aproveitamento insuficiente. A recuperação é de responsabilidade de todos os envolvidos no espaço escolar e acontecerá no momento em que for detectada a insuficiência na aprendizagem e detectada sua necessidade o professor deverá suprir as lacunas no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem antes de seguir com o conteúdo programado.

A recuperação contínua - paralela respeitará os seguintes aspectos:

- Será feita sob a forma de re-ensino, no processo regular de ensino aprendizagem;
- É de responsabilidade do próprio professor regente, podendo contar com a colaboração de outros professores, e dos alunos da própria sala no sistema monitoria;
- O professor deverá rever os procedimentos, recursos, conteúdos e objetivos, reorientando o seu planejamento, com vistas ao aproveitamento de todos os alunos na turma. Para atender o disposto no parágrafo anterior, o professor poderá utilizar materiais didático-pedagógicos suplementares e assistências individualizadas.

A recuperação também acontecerá em períodos específicos, utilizando o sistema de monitoria, ao final de cada etapa avaliativa considerando apenas o valor destinado às provas.

As notas das avaliações qualitativas (participação, frequência, etc.) permanecerão ser conquistadas durante a etapa. Será considerada a maior

nota alcançada na prova que somada à qualitativa, deverá ser a nota final da etapa do aluno.

Aos alunos do 6º ao 9º ano que no final do ano letivo, não tiverem alcançado as competências esperadas, novas oportunidades serão ofertadas: Estudos Orientados (agendados no calendário escolar) conforme regras da resolução 2197 / 2012. Os Estudos Independentes que são estudos realizados no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente.

E ainda aquele aluno, do 6º ao 9º ano que não alcançar o desempenho mínimo em até três disciplinas terá direito à Progressão Parcial conforme regras do Artigo 75 da resolução 2197 de 16 de Outubro de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer planejamento é apenas um direcionador de ações que visa alcançar certos objetivos. Um projeto organiza ideias e antecipa de forma relativa os fatos. Isso é o PPP.

É como se o PPP desenhasse o caminho por onde a escola irá percorrer, de passo em passo, isto é, através das metas busca-se aquilo que se deseja.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico somente atingirá seu pleno êxito na medida em que houver um crescente e também pleno comprometimento de todos os envolvidos. Um PPP seja simples ou complexo, será bem implementado se a escola de fato convergir em uma verdadeira equipe, onde cada um assuma suas responsabilidades e compromissos, sobretudo com sentimento de pertencimento ao grupo, pois, é assim que acreditamos que será possível estabelecermos um processo de melhoria contínua na escola.

Nossa concepção máxima, é desenvolver sem distinção o aluno, tornando-o capaz para a boa prática social, e essa concepção deve fazer parte do cotidiano da escola. O sucesso dos alunos é também o sucesso da Escola e

dos profissionais que nela trabalham e isso é garantido quando há solidariedade entre todos que atuam na escola. Quanto maior a harmonia do grupo mais fácil é para tomar decisões e tratar dos pontos críticos. Vale aqui ressaltar alguns pontos levantados nesse projeto que merecem muita atenção e que devem ser priorizados nas ações da escola:

- Trabalhar temas sobre prevenção ao uso de drogas;
- Incentivar a participação e interação em geral na escola;
- Definir padrões de funcionamento, atendimento e relacionamento em todos os setores da escola;
- Diminuir o índice de reprovação no Ensino Fundamental;
- Formação continuada para docentes e funcionários da escola;
- Adequar a escola para o Ensino Inclusivo;
- Projetos de intervenção (para garantir o Ensino Aprendizagem de qualidade);
- Reavaliar o sistema avaliativo (avaliar com objetivo voltado para a ação – reflexão – ação, garantindo um processo avaliativo justo);
- Conscientizar sobre as metas que a escola deverá cumprir.

O Projeto Político Pedagógico não está pronto e acabado, muitas das ações aqui colocadas podem ser aperfeiçoadas, assim como deve haver inclusões de novas ideias para a busca constante de melhorias e adequações da escola para atender as necessidades das diversas realidades dos nossos alunos.

O PPP é flexível, para ser dinâmico, e não podemos afirmar que resolverá todos os problemas pedagógicos da escola, que atenderá a todos em suas dúvidas. Contudo é com a discussão e participação de toda a comunidade da escola que o enriqueceremos, pois é um documento construído por todos.

Assim o que se espera é que todos contribuam para a efetivação e melhoria desse Projeto e para conquista de uma verdadeira educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Celso. Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nº 9394/96;

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/Tempo_de_escola_e_qualidade_na_educacao_publica_Ana_Maria_Cavaliere.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014;

Decreto nº 46.125 de 4 de janeiro de 2004;

GARDNER, Howard. Inteligencias Multiplas: A teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. Educação escolar: política, estrutura e organização. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005;

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Pará. Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA. 2001. Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em: http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf. Acesso em 20/07/2014;

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. [s.d.]. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 20/07/14/2014;

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Caixa Escolar" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=268>, visitado em 22/9/2014;

RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012;

Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 46.125 de 4 de janeiro de 2004.

FUNDAMENTAL						
-------------	--	--	--	--	--	--

Obs.: Matriz curricular anexo / CHA = Carga Horária Anual / AA = Aulas Anuais

Anexo B: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

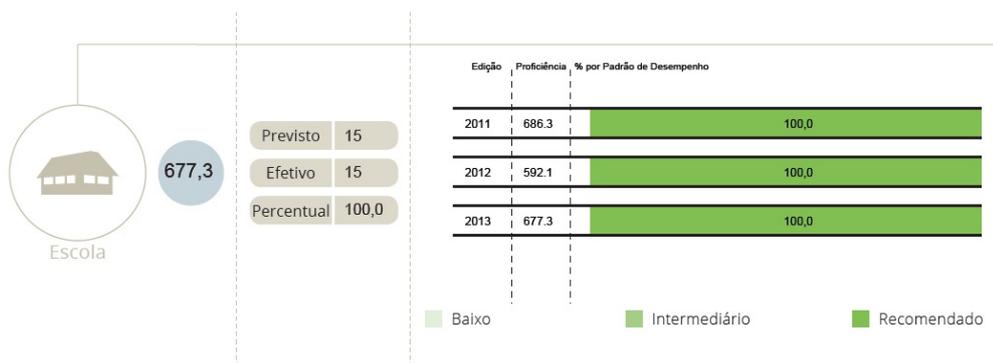
Componentes Curriculares	CARGA HORÁRIA ANUAL /TOTAL DE AULAS ANUAL								CARGA HORÁRIA TOTAL DO 6º AO 9º
	6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano		
	CHA	AA	CHA	AA	CHA	AA	CHA	AA	
Língua Portuguesa	200:00	240	200:00	240	166:40	200	166:40	200	733:20
História	100:00	120	100:00	120	100:00	120	100:00	120	400:00
Geografia	100:00	120	100:00	120	100:00	120	100:00	120	400:00
Ciências	100:00	120	100:00	120	100:00	120	100:00	120	400:00
Matemática	166:40	200	166:40	200	166:40	200	166:40	200	666:40
Arte	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	133:20
Ed. Física	66:40	80	66:40	80	66:40	80	66:40	80	266:40
Ed. Religiosa	33:20	40	33:20	40	33:20	40	33:20	40	133:20
LEM Inglês	33:20	40	33:20	40	66:40	80	66:40	80	200:00

TOTAL DA CH TODO O ENSINO FUNDAMENTAL					3.333:20
---------------------------------------	--	--	--	--	----------

Obs.: Plano curricular anexo / CHA = Carga Horária Anual / AA = Aulas Anuais

RESULTADOS EXTERNOS DE 2013

PROALFA

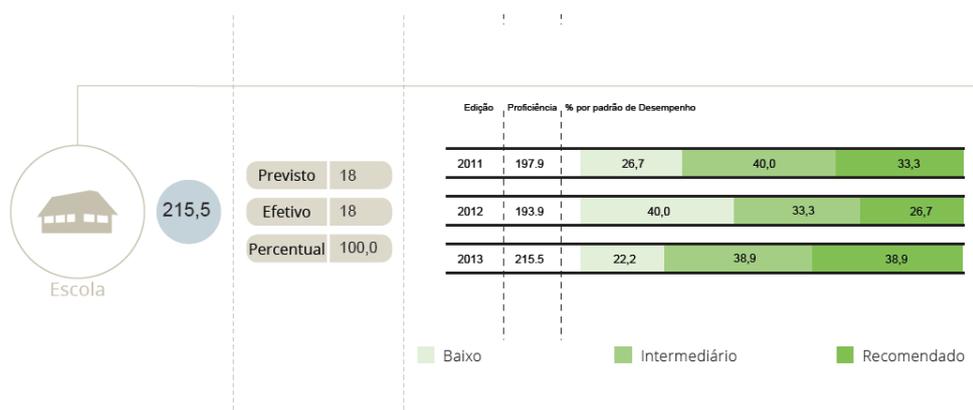


Resultado do Estado: 622,8

Resultado da SRE: 613,3

PROEB

5º ANO – PORTUGUÊS

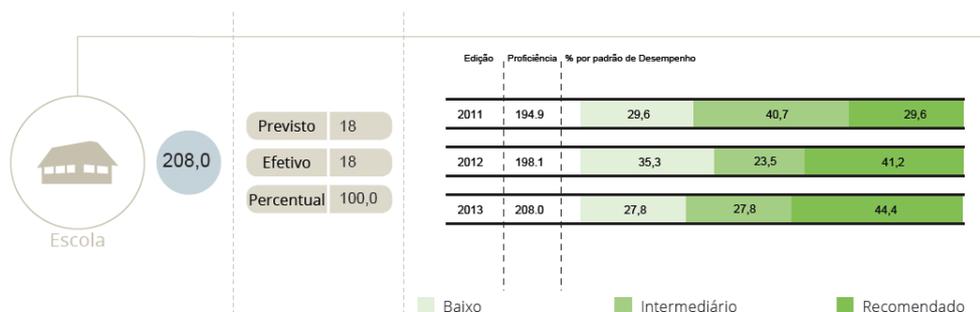


Resultado do Estado: 218,7

Resultado da SRE: 216,0

PROEB

5º ANO – MATEMÁTICA

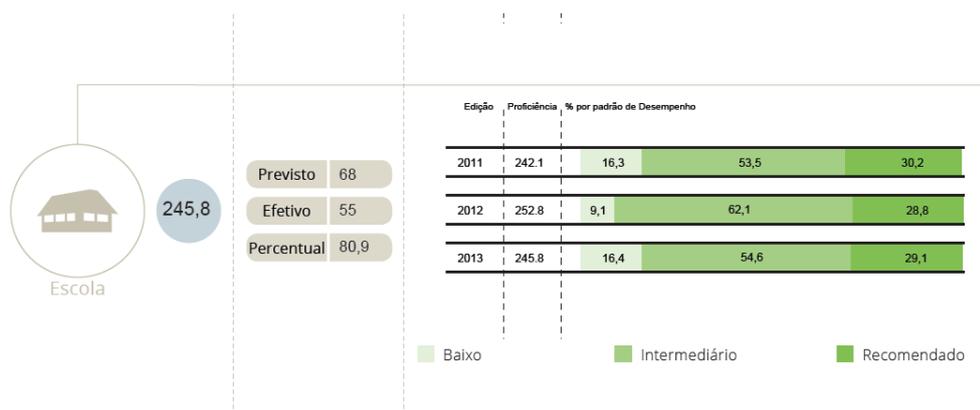


Resultado do Estado: 239,4

Resultado da SRE: 234,2

PROEB

9º ANO – PORTUGUÊS

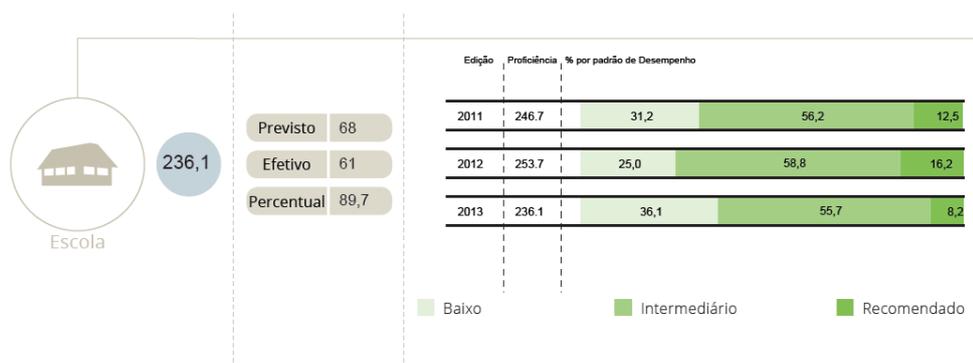


Resultado do Estado: 260,8

Resultado da SRE: 258,9

PROEB

9º ANO – MATEMÁTICA



Resultado do Estado: 264,5

Resultado da SRE: 257,8

ANOS INICIAIS

IDEB(5º ANO)

4ª série / 5º ano

Escola ⇩	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ⇩	2007 ⇩	2009 ⇩	2011 ⇩	2013 ⇩	2007 ⇩	2009 ⇩	2011 ⇩	2013 ⇩	2015 ⇩	2017 ⇩	2019 ⇩	2021 ⇩
EE AMELIA JOSEFINA KEESEN		4.1	4.4	5.2	***		4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

ANOS FINAIS

IDEB (9º ANO)

8ª série / 9º ano

Escola ⇩	Ideb Observado					Metas Projetadas								
	2005 ⇩	2007 ⇩	2009 ⇩	2011 ⇩	2013 ⇩	2007 ⇩	2009 ⇩	2011 ⇩	2013 ⇩	2015 ⇩	2017 ⇩	2019 ⇩	2021 ⇩	
EE AMELIA JOSEFINA KEESEN	3.1	3.5	4.5	4.1	3.4	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1	